



Organização dos
Estados Americanos



COMITÊ INTERAMERICANO CONTRA O TERRORISMO (CICTE)

DÉCIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA
20 de fevereiro de 2014
Washington, D.C.

OEA/Ser.L/X.2.14
CICTE/INF 3/14
24 fevereiro 2014
Original: inglês

**PALAVRAS DO SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO
DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS,
EMBAIXADOR ALBERT. R. RAMDIN**

(Pronunciadas na Cerimônia de Abertura, realizada em 20 de fevereiro de 2014)

PALAVRAS DO SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO
DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS,
EMBAIXADOR ALBERT. R. RAMDIN

(Pronunciadas na Cerimônia de Abertura, realizada em 20 de fevereiro de 2014)

Senhor Presidente do Comitê Interamericano contra o Terrorismo, Embaixador Andres González Diaz,

Senhor Vice-Presidente do Comitê Interamericano contra o Terrorismo, Embaixador Allan Culham,

Ilustres representantes permanentes, observadores permanentes e delegados,

Senhor Jean-Paul Laborde, Diretor Executivo do Comitê Antiterrorismo das Nações Unidas

Senhor Secretário de Segurança Multidimensional, Embaixador Adam Blackwell,

Senhor Secretário do Comitê Interamericano contra o Terrorismo, Neil Klopfenstein,

Senhoras e senhores: boa tarde. É certamente um prazer fazer parte desta cerimônia de abertura da Décima Quarta Sessão do Comitê Interamericano contra o Terrorismo e recebê-los na sede da Organização dos Estados Americanos. Sua presença nesta reunião anual representa a clara disposição e compromisso dos Estados membros do CICTE em combater, prevenir e eliminar o terrorismo.

Estou totalmente convencido de que uma das maiores provas de liderança no século 21 será nossa capacidade de trabalhar coletivamente para produzir políticas regionais que abordem os atuais desafios multidimensionais de segurança e alinhar nossas prioridades compartilhadas com recursos que facilitem a cooperação, ação e resultados em nossa busca por um hemisfério mais próspero, pacífico e seguro.

Democracia, desenvolvimento e segurança estão inter-relacionados e precisam ser enfocados de maneira integrada. Os líderes dos Estados membros deixaram claro com palavras e ações que a ameaça do terrorismo mina os princípios que esta organização hemisférica defende e promove. Eles responderam reafirmando o primado da lei, das liberdades democráticas e da tolerância e fortalecendo a cooperação multilateral para confrontar as várias formas dessa ameaça à paz e à segurança de nossos países. Em sucessivas declarações e resoluções, os Estados reiteraram seu

compromisso com a paz e a segurança, por meio da adoção de políticas concernentes ao financiamento do terrorismo e a lavagem de dinheiro, segurança cibernética, cooperação regional, cooperação público-privada para proteger a infraestrutura crítica e fortalecimento dos controles de fronteira, entre outras questões.

Nossa região tem sofrido com o terrorismo, que resolutamente condenamos independentemente de sua origem. Com o passar dos anos vivemos ataques devastadores: desde o ataque à Embaixada Israelense em Buenos Aires em 1991 aos ataques a aeronaves no Panamá, Colômbia e Barbados, todos os quais tiraram a vida de centenas de nossos irmãos e irmãs. Contudo, no dia 11 de setembro de 2001, as democracias das Américas sofreram o mais brutal ataque terrorista ocorrido em nossa região.

Senhoras e Senhores: os desafios de segurança não existem isoladamente. Reconhecemos que os desafios de segurança nacional estão inextricavelmente ligados ao ambiente de segurança global. Desde o tráfico de drogas até os homicídios, crimes comuns, sequestros e mesmo a lavagem de dinheiro, as questões de segurança neste hemisfério muitas vezes estão ligadas. Em muitos casos essas ligações existem por causa do vácuo em nossos quadros e sistemas reguladores, políticos, econômicos e de governança.

Ao mesmo tempo, as ameaças à segurança também continuam a evoluir. Por sua própria natureza, os governos têm que se movimentar de forma equilibrada e considerada, enquanto os elementos criminosos têm acesso a tecnologias e métodos que lhes permitem uma adaptação muito mais rápida.

Para compensar isso, precisamos de mais treinamento focalizado dos policiais em muitos de nossos países. Também significa agir com determinação para fortalecer o judiciário atualizando a legislação e melhorar os mecanismos nacionais, sub-regionais e internacionais de intercâmbio de informação, interdição, extradição e, se possível, ação conjunta.

Em um nível político, nossos governos precisam priorizar investimentos e dotações orçamentárias em programas de desenvolvimento social e econômico, educação, criação de

empregos, moradia acessível e atenção à saúde. Essas realidades tornam a luta contra o terrorismo mais difícil e complicada.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores: no CICTE os Estados membros criaram um mecanismo permanente de coordenação hemisférica contra o terrorismo e seus fatores conexos. O CICTE foi fortalecido para enfrentar esses desafios a fim de ajudar a interromper os sistemas de financiamento dos terroristas, bloquear seu apoio logístico, prevenir a falsa documentação, fortalecer a segurança de fronteiras, expandir a assistência legal mútua e fortalecer a cooperação legal e judicial.

Por meio do CICTE, a OEA implementou medidas efetivas para evitar que grupos terroristas operem em nossos territórios, para perseguir, prender, julgar e punir os perpetradores, organizadores e patrocinadores de atos terroristas, fortalecer a cooperação e o intercâmbio de informação oportuna e ampliar a cooperação em planos regionais e internacionais. Também insistimos em que a luta contra o terrorismo não pode ser feita às custas dos direitos humanos e da liberdade pessoal, o que constitui um elemento central do Convênio Constitutivo da OEA.

Quinze anos após o seu estabelecimento, o CICTE mostra uma capacidade impressionante de mudar, oferecendo aos Estados membros amplos programas de treinamento com base na cooperação internacional para satisfazer e responder às suas necessidades. Esses programas ampliam as iniciativas nacionais que visam a combater o terrorismo e qualquer tipo de atividade da criminalidade organizada internacional que procure minar a estabilidade democrática e a paz.

Durante os próximos anos, os Estados membros terão oportunidades de discutir, entre outros temas, o combate a possíveis atividades criminosas de grupos terroristas e o fortalecimento da resposta do sistema judiciário penal ao terrorismo. O objetivo é entender melhor a maneira como as organizações terroristas sustentam suas atividades por meio do cometimento de outros crimes, como o tráfico de drogas, a lavagem de dinheiro, o uso de redes ilegais de migração e o tráfico de armas. Essas discussões permitirão que os Estados membros explorem formas para lidar mais eficazmente com grupos terroristas fortalecendo seus sistemas judiciários penais e focando em atividades criminais que facilitam, financiam ou apoiam a atividade terrorista. É criticamente importante

continuar a trabalhar e buscar consenso sobre todas essas questões, adaptando-as aos novos desafios emergentes coletivamente e com um enfoque comum.

Durante esta reunião os Estados membros também terão a oportunidade de explorar uma visão estratégica para o CICTE além de 2014, incluindo um diálogo indispensável sobre a obtenção de uma maior sustentabilidade financeira para o CICTE. Conforme a Delegação do Canadá lembrou quando propôs esses temas para a agenda, “há um crescente reconhecimento de que a base de doadores do CICTE deve ser ampliada para assegurar que o seu financiamento reflita o cambiante panorama econômico das Américas e a responsabilidade coletiva para abordar ameaças transfronteiriças.”

O trabalho do CICTE não seria possível sem a ajuda de todos os Estados membros e sem contribuições voluntárias, seja em dinheiro (como a do Canadá, Estados Unidos e Espanha) ou em espécie (como a do México e Brasil); gostaria de expressar-lhes nossa sincera gratidão.

Não há dúvida de que muito precisa ser feito e que há um importante trabalho à frente para o CICTE que exige recursos adequados e parcerias estratégicas com doadores e Estados membros. Está claro que o papel do CICTE deve ser de guia, facilitador e coordenador das tarefas na luta contra o terrorismo. As políticas formuladas devem ser amplas o suficiente para se adaptarem às necessidades de cada país-membro.

Senhoras e Senhores: o terrorismo busca imobilizar nossas sociedades com medo usando uma imagem macabra de morte e restringir nossa capacidade de aplicação da lei. Nossa resposta, portanto, deve ser vigorosa, adaptando-se constantemente à cambiante realidade global. Temos uma obrigação permanente de adotar medidas para fortalecer os mecanismos de cooperação entre os países do Hemisfério.

Não devemos nos esquecer do trabalho essencial feito com nossos parceiros internacionais, regionais e nacionais para assegurar que nossos esforços colaborativos na prevenção e combate ao terrorismo rendam o máximo benefício para os Estados membros. Parcerias com agências como o Comitê Antiterrorismo do Conselho de Segurança e sua Diretoria Executiva, a Divisão de Prevenção do Terrorismo do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime e o Grupo de Ação Financeira

sobre Lavagem de Dinheiro na América do Sul (GAFISUD) se mostraram extremamente valiosas para nossa cooperação multilateral contra o terrorismo e outras ameaças de segurança.

Finalmente, ilustres delegados, mais uma vez insto os Estados membros que ainda não o fizeram a assinar, ratificar ou aderir à Convenção Interamericana contra o Terrorismo, conforme o caso, e a implementá-la efetivamente.

Gostaria de expressar minha gratidão ao Presidente e ao Vice-Presidente do CICTE por sua excepcional liderança durante o último ano, aos Estados membros e observadores permanentes por seu apoio e participação ativa no esforço do Comitê e à Secretaria do Comitê por seu trabalho dedicado.

Muito obrigado.